

Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina

ANDRÉ LUIZ ONGHERO*

Introdução

A historicidade da constituição do espaço rural é um importante elemento para compreender uma região. Especialmente a região oeste de Santa Catarina, que tem sua dinâmica social e econômica diretamente ligada ao meio rural e na atualidade encontra-se atrelado à indústria alimentícia e sujeito às oscilações do mercado e às intempéries climáticas. Território disputado durante séculos, tem presente o conflito entre agricultores e indígenas em relação ao direito às terras e foi o berço de movimentos sociais como Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA, posteriormente renomeado para Movimento das Mulheres Camponesas MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Figura 01 – Localização do município de Chapecó e sua dimensão territorial entre 1917 e 1953



Fonte: Editado a partir de IBGE, 2013.

Buscando apresentar alguns aspectos que possam contribuir para a reflexão acerca da constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina, o presente artigo tem como recorte temporal o período entre a década de 1920, quando teve início a ação das companhias colonizadoras no município de Chapecó, que na época abrangia todo o atual oeste catarinense e a década de 1960, em que grande parte dos atuais municípios encontrava-se colonizado e a

* Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina CEOM/Unochapecó. Mestre em Educação, especialista e graduado em História. E-mail: andreonghero@yahoo.com.br

2

partir da qual o processo de mecanização da agricultura e integração com a agroindústria traz novos elementos e estabelece novas relações no meio rural.

A terra como mercadoria: a atuação das companhias colonizadoras

Falar a respeito do oeste catarinense e sua colonização remete a um conjunto de fatos e processos históricos bastante discutidos na esfera local, mas possivelmente ainda pouco conhecidos em âmbito nacional. O processo de colonização da região teve início a partir da definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina em 1916 e a criação do município de Chapecó em 1917, com cerca de 14 mil km². A partir de então, as terras não escrituradas – que muitas vezes abrigavam indígenas e caboclos – consideradas devolutas, foram concedidas à empresa Brazil Development e Colonization Co. através dos contratos com Governo do Estado de Santa Catarina, firmados na década de 1920. Por meio deles, a empresa recebia as “terras devolutas” com o compromisso de colonizá-las, demarcando lotes e abrindo estradas (PIAZZA, 1994; NODARI, 2002; VICENZI, 2008; WERLANG, 1992).

Entretanto, a Brazil Development e Colonization Co. repassou suas tarefas a várias empresas colonizadoras como Bertaso, Maia & Cia.; Companhia Colonizadora Sul Brasil; Empresa Chapecó-Peperi; Volksverein Kolonization; Empresa Construtora & Cia. Colonizadora Oeste Ltda; Brun, Grando & Cia; Colonizadora Barth, Anoni Cia. Ltda; Barth, Benetti & Cia Ltda; Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi; Empresa Colonizadora Irmão Heinard; Fiorino Antônio; Irmãos Pandolfi, Pinho & Terras Ltda; Sociedade de União Popular (WAGNER, 2005, p. 46-50). Estas companhias pertenciam, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul.

A atuação das companhias colonizadoras foi decisiva na organização do espaço rural da região. Por meio de mapas, as áreas eram divididas em lotes, adotando certa padronização, como percebe-se nos detalhes de mapas apresentados a seguir:

Figura 02 – Detalhe do mapa de terras da Cia Territorial Sul Brasil

3

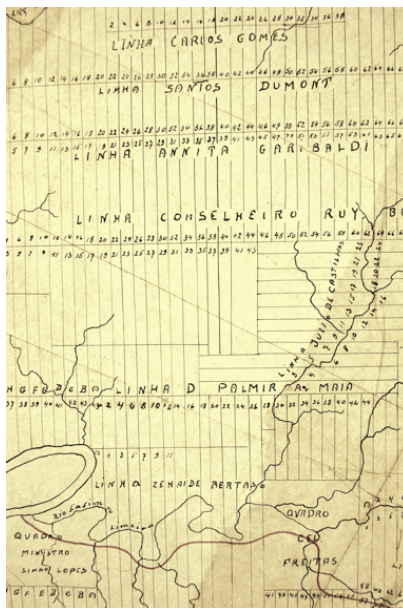


Acervo CEOM/Unochapecó.

Conforme Werlang (1992, p. 56-57), a demarcação dos lotes da Cia Territorial Sul Brasil baseava-se no mapeamento hidrográfico das áreas. Os principais cursos de água eram levantados previamente. A partir do leito do rio os lotes seguiam até formarem uma divisa seca, denominada de “travessão”, com os lotes que partiam do leito de outro rio. As terras eram divididas em lotes com 25 a 35 hectares em média. Normalmente retangulares, o tamanho dos lotes dependia da distância do leito dos rios entre si e quanto maior a distância entre os rios, mais comprido e estreito ficava o lote.

Conjuntos de lotes compunham as chamadas *linhas* e *seções*, como apresentado nos mapas (figuras 02 e 03). Contudo, no detalhe do mapa de parte das terras comercializadas por Ernesto F. Bertaso (proprietário da Companhia Colonizadora Bertaso) é possível perceber que os lotes eram estreitos e compridos, traçados a partir de determinadas linhas, mas nem todos com acesso a cursos de água. Percebe-se que há variação no comprimento dos lotes.

Figura 03 – Detalhe da planta da fazenda Campina do Gregório, pertencente a Ernesto F. Bertaso



Acervo CEOM/Unochapecó.

Além da venda de terras, as colonizadoras também promoviam a extração da madeira nativa, especialmente das espécies de melhor qualidade e valor. A extração era realizada de forma interligada com o processo de colonização: as picadas e estradas abertas para o transporte da madeira serviram como passagem para os colonizadores, e os pontos de partida para a criação de núcleos colonizatórios muitas vezes foram as serrarias ou até mesmo os acampamentos provisórios, montados para abrigar os trabalhadores envolvidos no corte de madeira. Como exemplo pode-se citar a Fazenda Burro Branco (atual município de Nova Erechim), comprada da colonizadora Bertaso, Maia & Cia pelos irmãos Pandolfo, residentes no Rio Grande do Sul. Após a aquisição, as terras permaneceram abandonadas até meados da década de 1940, quando foi autorizada a extração da madeira, que era transportada por balsas pelo Rio Chapecó, seguindo pelo Rio Uruguai até os locais de compra na Argentina (REKZIEGEL, 1992). A extração da madeira foi realizada pela empresa Cerutti e Radaelli, atuando até o início da década de 1950. Quando as famílias colonizadoras começaram a se instalar no local ainda havia trabalhadores na extração da madeira, como afirma uma das colonizadoras: “Antes de vender as terras eles tiravam toda a madeira boa, madeira de cerne assim, foi toda tirada. [...] Disseram que levavam pra Argentina¹.” (Mafalda Bevilacqua).

1 As citações de depoimentos foram alteradas buscando sua adequação gramatical, tomando o cuidado para não modificar as informações ou opiniões transmitidas pelos depoentes. Nos arquivos do

5

Os mapas também eram utilizados para a divulgação e venda das terras. A figura 04 apresenta um mapa da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi e indica alguns dos elementos utilizados como “propaganda”, entre eles, a existência de quedas d’água para “instalação de serrarias e moinhos”, além do “clima mais saudável do estado”.

Figura 04 – Mapa de terras da Empresa Colonizadora Irmão Lunardi



Acervo CEOM/Unochapecó.

Entre as informações presentes no mapa, podem ser identificadas as distâncias por estradas, além do traçado viário do Rio Grande do Sul, principal alvo dos comerciantes de terras.

Muitos colonizadores adquiriram terras em decorrência da atuação de agentes que divulgavam as ofertas de terra por meio de mapas, como afirma o Sr. Ademário José Comunello, a respeito da compra de terras realizada por seu pai: “Escolheram a dedo num mapa do vendedor Fortunato Marafon, de Nova Prata-RS”. Conforme Nodari (2002), houve um esquema de publicidade que incluía anúncios e reportagens em jornais, almanaques anuais e cartazes fixados em lugares estratégicos, panfletos, livros e principalmente agentes contratados.

Além da divisão territorial adotada no processo de colonização, o relevo bastante acidentado promoveu uma ocupação baseada na pequena propriedade centrada no trabalho

6

familiar. Atualmente tal configuração contrasta com a de outras regiões, relativamente próximas, onde o território plano favoreceu o plantio mecanizado e proporcionou o acúmulo de capital e terras.

Representações do espaço nas memórias e retratos

Na medida em que as famílias de colonizadores instalaram-se e formaram os núcleos coloniais, uma profunda transformação no ambiente foi realizada. A seguir apresento alguns elementos sobre o espaço e suas transformações com base em representações de colonizadores de diferentes municípios do oeste catarinense. Os relatos orais foram registrados durante os projetos de pesquisa² realizados pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó) e as fotografias pertencem ao acervo do CEOM/Unochapecó.

Uma das representações mais presentes nas descrições sobre a época da chegada às novas terras diz respeito ao vazio populacional, expresso pelo termo “sertão”: “Sertão, sertão. Aqui era sertão. Se queria construir, tinha que cortar o mato [...]. Meu Deus, quanta madeira que eu queimei, pra poder fazer roça” (Catharina Lanferdini). Os elementos presentes na fala da Sra Catharina Lanferdini, que na década de 1950, chegou à Vila Formosa, atual município de Formosa do Sul-SC, remetem ao isolamento, à ausência dos referenciais de civilidade que existiam nos locais de origem. Na concepção destes migrantes, a existência de matas ainda pouco devastadas, com animais selvagens, era considerada um obstáculo para a concretização do modo de vida idealizado por eles.

Conforme a moradora de Caxambu do Sul-SC: “Era só mato, árvores e não tinha outra coisa aqui. Depois eles começaram roçar e derrubar, pra poder plantar” (Maria Constância Chiarello D'allmagro). A ideia de que no local não havia “nada” também é muito comum nos depoimentos de colonizadores. Trata-se de uma memória ressignificada a partir de um

manter as características da oralidade dos depoentes, como sotaque, expressões regionais e culturais, etc.

2 Os projetos de pesquisa citados foram realizados pelo programa Patrimônio-Escola-Comunidade (PEC) do CEOM/Unochapecó, desenvolvido em municípios e instituições, através da articulação de ações de pesquisa, levantamento e organização de documentos para a elaboração de materiais históricos locais, que podem resultar em livros publicados, documentários audiovisuais e/ou exposições. Maiores informações estão disponíveis em: <<http://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/patrimonio-escola-comunidade-pec>> Acesso em

7

presente no qual serviços médicos e hospitalares, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, estruturas administrativas municipais, escolas, estradas, casas comerciais, entre outros, fazem parte do cotidiano da população e são acessíveis a sua grande maioria. Para além desses referenciais contemporâneos, pode-se considerar que na época da colonização, o espaço encontrado era percebido de forma negativa e em contraposição às *colônias antigas* localizadas no Rio Grande do Sul, cuja organização social, cultural e econômica foi o principal modelo para as *colônias novas*.

Construir casas e fazer lavouras, encarando o espaço e seus elementos como possibilidade de transformação, como matéria-prima para a implantação de um projeto traçado de antemão foi a atitude adotada pelos colonizadores de forma geral. Muitas vezes a vinda dos colonizadores ocorria após um dos membros da família, ou casal, instalar-se provisoriamente nas terras adquiridas, roçando parte da vegetação e fazendo os plantios necessários para quando chegasse o restante dos familiares com a mudança.

A descrição do historiador Marcos Batista Schuh, fornece os detalhes sobre os trabalhos no início da colonização:

As roças eram pequenas nos primeiros anos, pois era difícil vencer o obstáculo que a mata oferecia naquele momento. [...] A mata precisava ser derrubada para dar lugar às lavouras. A foice de ferro batido e afiada na pedra dava conta da primeira limpeza. A retirada de pequenas árvores, arbustos e espinheiros facilitava o acesso às árvores maiores. Machados trazem novos sons para a mata. Cortes em forma de “v” marcando o lado para onde a árvore deveria cair. Serrotes de denteção grande, sempre impecavelmente afiados, sendo puxados por quatro mãos. Em poucos minutos o sibilar do vento nas folhas durante a queda, seguida de um estrondo e de um barulho de árvores menores quebrando sob o peso da árvore maior ou arrastadas pelo emaranhado de cipós que as ligavam à árvore derrubada. Caída a árvore, seus galhos são cortados. Depois de alguns dias, o fogo arde e consome folhas e madeiras menores, ficando apenas os troncos maiores, sem galhos, que são rolados ou arrastados para os lados, quando se possuía junta de bois para tal. Depois, em meio às cinzas, cravar o bico da máquina de plantar “pica-pau”, nome recebido pelo ruído de madeira batendo que produz quando usada. Milho, feijão, arroz. Semeaduras de trigo. Sementeiras de fumo. (SCHUH, 2011, p. 59)

Nas fotografias feitas no período, são mais comuns os retratos de casamentos, festividades e cerimônias religiosas do que os espaços de trabalho ou as paisagens naturais. Contudo, existem fotografias que exibem viçosas plantações, cenas de trabalho e animais criados ou caçados. O registro destas cenas pelos fotógrafos da época provavelmente relacionava-se ao orgulho dos colonizadores frente aos resultados de seus esforços e até

8

mesmo uma forma de motivar outros conhecidos ou familiares a mudar-se para a região, em busca de melhores condições de vida. Extrapolando sua função original, fornecem-nos indícios sobre as práticas agrícolas utilizadas na época, como o plantio em meio aos restos de mata queimada, técnica conhecida como *coivara*, representada na imagem a seguir.

Figura 05 – Plantio de milho em São Miguel do Oeste-SC



Acervo CEOM/Unochapecó.

Esta técnica agrícola consistia na derrubada da mata seguida pela queima, como descreve a Sra. Maria Florisbela Pires, residente no município de Formosa do Sul: “Derruba uma árvore com bastante galhos e se ela não está bem seca, queima ela, aquela roça e fica as coivara, aquela galhada, aqueles galhos. [...] Os galhos ficavam lá mesmo, com o tempo apodrecia, ou a gente cortava pra lenha”.

Ao mesmo tempo em que produzia uma área para o plantio, os galhos que não eram totalmente consumidos pelo fogo eram utilizados para lenha ou apodreciam no local, servindo como fertilizante ao solo. A técnica também é amplamente empregada por diversas culturas, como indígenas, quilombolas, caboclos e populações ribeirinhas (LEONEL, 2000; MUNARI, 2009).

Além dos roçados, a construção das casas constituía uma das tarefas iniciais dos colonizadores.

Os barrotes, eram serrados com serrote, a muque [manualmente]. Pegavam grápia e faziam as torinhas do tamanho de uma tabuinha pra cobrir a casa. [...] Tinha uma cunha de ferro pesada, e com marreta de madeira pesada, aí eles batiam em cima daquela tora, e ela partia. [...] E

9

depois era tudo emparelhado, com 2 preguinhos em cada, pra enganchar nas ripas lá em cima [telhado], pra não entrar chuva. Isso eu lembro bem, porque eu também ajudava a fazer. (Dinorah Caon Brighenti)

A construção das casas era realizada com o trabalho manual da própria família, utilizando ferramentas como serrote, machado, marreta e cunha, como lembra a Sra. Dinorah Brighenti, moradora de Águas de Chapecó-SC. Cortando as árvores da mata, faziam os barrotes, as tábuas para as paredes, ripas e pequenas tábuas para formar o telhado. A figura 06 retrata um grupo de homens e mulheres junto à estrutura de uma casa de madeira. Ao fundo, a vista dos morros cobertos pela vegetação mostra o contraste entre o ambiente “selvagem” e



sua transformação.

Figura 06 – Vista externa de construção de casa em São Carlos-SC por volta de 1950.

Acervo CEOM/Unochapecó.

A fertilidade do solo na região das *colônias novas*, impressionava os colonizadores e associada à oferta de terras a preços baixos e possibilidade de pagamento parcelado, atraía muitas famílias para migrarem das colônias do Rio Grande do Sul. “Você plantava três pés de tomate, não precisava mais, enjoava de comer, tinha que ir com uma cesta pra ajuntar, era coisa mais linda. Plantava um pé de repolho, era coisa mais linda a planta. Eu plantei feijão, nós fizemos uma horta fechada, eu colhi uma bolsa de feijão”. (Catharina Lanferdini).

As hortas fechadas ficavam próximas às residências, e nelas eram plantados legumes, hortaliças, temperos e plantas medicinais. Procurava-se fechar o espaço da horta com algum tipo de cerca – geralmente de madeira ou bambú – de forma a evitar a entrada dos animais

10

domésticos que ficavam soltos no pátio, principalmente galinhas.

Figura 07 – Grupo de pessoas em meio a uma plantação de repolho. Nova Itaberaba-SC



Acervo CEOM/Unochapecó.

Durante décadas, os principais cultivos agrícolas foram milho e feijão: “naquele tempo, a maior produção era de feijão e milho. Aqui dava muito feijão [...] e milho, tinha milho à vontade”. (Germano Lunelli). Enquanto o milho destinava-se principalmente para o consumo familiar e ao trato dos animais domésticos, o feijão era comercializado e, juntamente com a venda de suínos, fornecia recursos para a compra de mercadorias que não eram produzidos na propriedade rural, como querosene, tecido, calçados, sal, ferramentas, entre outros.

Na figura 08, que retrata a criação de suínos em espaço aberto – diferente dos chiqueiros que predominaram nas décadas seguintes –, também pode-se identificar a lavoura de milho ao fundo.

Figura 08 – Vista parcial de criação de suínos em Nova Itaberaba-SC (década de 1950)

11



Acervo CEOM/Unochapecó.

A criação de suínos foi uma das principais fontes de renda para os produtores rurais, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980. Neste período, através do sistema de integração com a agroindústria, ocorreram grandes modificações nas técnicas de criação. A introdução das raças de suínos (Duroc Jersey e posteriormente Landrasse e Large White) possibilitava grande aumento na produtividade, desde que criados sob condições higiênicas adequadas, necessitando a construção de chiqueiros e o trato com ração industrializada (CAMPOS, 1987). Estes procedimentos, relacionados ao processo de modernização da agricultura, limitaram a autonomia do produtor, que anteriormente produzia os alimentos para os suínos na sua propriedade, usando milho, abóbora e mandioca, entre outros, como relata o Sr. Avelino Canton, morador de Lindóia do Sul: “Naquela época engordávamos os porcos com batata e abóbora. Talvez milho, às vezes dava o milho, que era coisa que engordava bastante. Naquele tempo valia mais o porco que tinha mais banha”.

Linhas e comunidades

O sucesso da colonização dificilmente ocorreria sem o auxílio mútuo. Relatos de hospedagem e trabalho em conjunto entre familiares e vizinhos estão muito presentes nas memórias sobre a colonização. “[...] Eu cheguei aqui no mato [Atual município de Nova Erechim] numa segunda-feira, que posei [pernoitei] lá no Cairú [localidade que pertencia ao distrito de Coronel Freitas]. Aquele primeiro comerciante, me deu pouso quase oito dias

12

dentro da casa dele [...]”. (José Scapin).

Muitas vezes os moradores que se instalavam primeiro forneciam abrigo para as famílias que chegavam: “Fui morar na casa de um vizinho, em baixo de um cobertinho onde chovia dentro. Descarregamos lá enquanto vim achar o lugar pra fazer um rancho pra morar.” (Clari Rosin).

A instalação de colonos procedentes da mesma localidade ou membros de uma mesma família e a divisão dos lotes em *linhas*, possibilitaram uma organização espacial e social em torno da qual as famílias agricultoras concentraram sua sociabilidade e até mesmo sua atuação política.

As *linhas* constituem-se numa organização do espaço rural decorrente da forma como os colonos se estabeleceram nos lotes demarcados pelas companhias colonizadoras. Como pode-se observar nos mapas, os lotes eram medidos a partir de cursos de água e onde seguiam até o topo de morros ou colinas. Para o deslocamento entre eles, os colonos utilizavam caminhos próximos às divisas das propriedades (as linhas divisórias traçadas nos mapas apresentados anteriormente). O hábito de construir as moradias próximas a estes caminhos, teria contribuído para que fossem transformados em picadas e estradas que passaram a ser rotas comerciais, e a conduzir aos pontos centrais da sociabilidade das famílias agricultoras: as *comunidades*, afirma o professor Rógis Bernardy com base nos conhecimentos que lhe foram transmitidos de geração em geração.

Relacionadas, em sua maioria³, à atuação da Igreja Católica Apostólica Romana, a comunidade consiste em um grupo de famílias associadas e subordinadas à paróquia local. Nos espaços rurais estudados, as comunidades apresentam uma estrutura básica comum composta por capela, cemitério, salão de festas e campo de futebol. Também existiam escolas, que geralmente ofereciam as séries iniciais do Ensino Fundamental. No processo de “nucleação” (ocorrido a partir da década de 1990) a maior parte destas escolas foi fechada e

3 Em alguns municípios, há comunidades formadas por evangélicos luteranos ou outras igrejas evangélicas. Gilioli (1967) um memorialista do município de Caxambu do Sul, relata acerca da tentativa de fundação de núcleos Adventistas do Sétimo Dia, que funcionaram recebendo as visitas de pastores de Curitiba-PR, duas vezes por ano. De lá recebiam mensalmente pacotes de folhetos com instruções e orientações (GILIOLI, 1967, p. 63). Rizzi (2012) apresenta a formação, na década de 1930, de uma comunidade rural por imigrantes teuto-russos ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Schuh (2011, p. 91) aborda a colonização do município de Palmitos-SC, afirmando tratar-se de um núcleo destinado a ocupação por alemães evangélicos luteranos, conforme o projeto de colonização, mas onde muitos católicos, principalmente descendentes de italianos, passaram a ocupar determinados espaços.

13

os alunos passaram a frequentar escolas nos núcleos urbanos.

Os nomes das linhas, muitas vezes, tomam como referências aspectos do relevo, como Serra Alta e Alto da Serra; hidrográficos, como Lageado Bonito e Beira Rio; vegetais, como Guabiroba, Maracujá e Limeira; ou religiosos: São Paulo, Santo Antônio, São José e Nossa Senhora Aparecida. Também é comum a existência de linhas nomeadas com o sobrenome de alguma das famílias colonizadoras. Estes casos, geralmente, estão associados às comunidades formadas por um grupo no qual parte representativa era constituída por membros de uma mesma família. Durante o processo de migração das colônias velhas para as colônias do oeste catarinense, era comum que famílias inteiras se instalassem em lotes próximos. Como os terrenos que sediavam a igreja, salão de festas, campo de futebol e cemitério costumavam ser doados para a comunidade, muitas vezes a denominação da linha com o sobrenome de uma família representa uma homenagem aos doadores dos terrenos para fins comunitários.

O papel da comunidade enquanto organização e espaço centralizador da sociabilidade rural, marcada pela expressão pública da religiosidade, dos equipamentos de lazer – campo de futebol e salão de festas – educação e politização⁴, foi fundamental para a vida rural no Oeste de Santa Catarina. Contudo, as transformações ocorridas na dinâmica sócio-econômica da região ligadas ao processo de concentração de renda através da agricultura mecanizada, da integração com as agroindústrias e exclusão de grande parte dos trabalhadores rurais, tem como um de seus resultados a desintegração das comunidades rurais. Durante os trabalhos de pesquisa realizados nas linhas dos municípios da região, esta é uma das lamentações mais recorrentes dos moradores do campo. A continuidade da agricultura familiar parece estar em risco, ao mesmo tempo em que são procuradas novas alternativas econômicas para a população rural.

Referências:

Bibliográficas

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre a pequena produção e a agroindústria no oeste catarinense. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) –

4 Vários movimentos sociais criados nas décadas de 1970 e 1980 (MAB, MST, MMA) tiveram nas comunidades rurais, sindicatos dos trabalhadores rurais e Pastoral da Terra importantes agentes. Os espaços comunitários foram utilizados para reuniões e repasse de informações (POLI, 2008).

14

Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

DMITRUK, Hilda B. JAGUSENSKI, Therezinha C. **Nova Itaberaba: o presente em busca do passado.** Chapecó: CEOM, 2001.

EIDT, Nair Schuck; LUCHESI, Maria Terezinha. **Agricultura tradicional, modernização tecnológica, via integração.** 1996. Monografia (Conclusão do curso de História). Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1996.

GILIOLI, Albano. **História de Caxambu do Sul.** (xérox) 1967.

IBGE. **Mapas interativos.** Disponível em: <<http://mapasinterativos.ibge.gov.br/sigibge/>>. Acesso em 22 mar. 2013

LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados.** São Paulo. Vol. 14, n. 40, p. 231-250, 2000.

MUNARI, Lúcia Chamlian. **Memória social e Ecologia Histórica: A agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços.** Florianópolis, n. 10. p. 29-51, 2002.

ONGHERO, André Luiz. **Retratos e memórias da história de Formosa do Sul.** Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2012.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da Constituição Histórica da Região Oeste de Santa Catarina. **Saeculum.** João Pessoa, n. 14, p. 121-138, 2006.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais.** 2 ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

15

REKZIEGEL, Leo Francisco. **A colonização de Nova Erechim**. Monografia. Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul-RS, 1992.

RIZZI, Dominga De Marchi. **Caibi: histórias e memórias**. Caibi-SC: Prefeitura Municipal de Caibi, 2012.

SCHUH, Marcos Batista. **Fios entre memórias**: municípios abrangidos pela linha de transmissão de energia elétrica Campos Novos/Santa Marta. Santa Maria: LEPA, 2005.

_____. **Histórias da colonização de Palmitos**. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2011.

SILVA, Claiton; OLIVEIRA, Josiane; SCHUH, Marcos B. **Cordilheira Alta: pelos caminhos da memória**. Chapecó [s.n], 2003.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008

WERLANG, Alceu Antônio. **Atuação da Cia Territorial Sul Brasil (1925 a 1954)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

WOLFF, Juçara N.; SCHUH, Marcos B. **Memória e Experiência. A construção da história no município de Quilombo**. Chapecó: Grifos, 2000.

Depoimentos orais:

BEVILACQUA, Mafalda. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero**. Nova Erechim-SC, 2009.

BRIGHENTI, Claudio; BRIGHENTI, Dinorah C. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero, Lucas Franceschi e Matheus Spada Zati**. Águas de Chapecó-SC, 2008.

COMUNELLO, Ademário José. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero**. Formosa do Sul-SC, 2012.

16

D'ALLMAGRO, Maria C. C. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero e Mirian Carbonera.** Caxambu do Sul-SC, 2008.

LANFERDINI, Catharina Maria Rachele. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero.** Formosa do Sul-SC, 2010.

LUNELLI, Germano. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero e Mirian Carbonera.** Caxambu do Sul-SC, 2008.

PIRES, Maria Florisbela. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero.** Formosa do Sul-SC, 2010.

ROSIN, Clari Dozolina Comparin; PANIZ, Angelina. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero.** Nova Erechim-SC, 2009.

SCAPIN, José. **Entrevista concedida a André Luiz Onghero.** Nova Erechim-SC, 2009.